



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3, DE 2021**

Institui o Código de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Indianópolis-MG, cria a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, estabelece normas disciplinares e procedimentais, e dá outras providências.

**Autora:** Mesa Diretora

**Relator:** Vereador JOSÉ JOAQUIM PINTO  
(BARROSO)

**I RELATÓRIO**

Foi distribuído a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP), no dia 31 de janeiro do corrente ano, para parecer, na forma regimental, o Projeto de Resolução n.º 3, de 2021, de autoria da Mesa Diretora, que Institui o Código de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Indianópolis-MG, cria a Comissão de Ética e Decoro.

É, em síntese, o relatório.

**II FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto sob exame é relevante porque dispõe sobre as condutas consideradas reprováveis por parte do Vereador e estabeleça as penalidades que devem ser aplicadas àqueles que, eventualmente, faltarem com o decoro parlamentar na vida pública.

No projeto, estão definidos os deveres do Vereador, os atos incompatíveis e atentatórios ao decoro parlamentar, as penalidades aplicáveis, além de regulamentar o processo administrativo disciplinar, o qual assegura ao denunciado as garantidas do contraditório e da ampla defesa.

Outro mérito do projeto é o de criar a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, constituída de três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos para mandato de um ano, observando, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária.

Até o momento, esta Casa Legislativa não conta com comissão específica para receber e examinar previamente representações ou denúncias feitas contra Vereador, que podem resultar em medidas disciplinares como advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do mandato e perda do mandato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**


Assim, o projeto supre lacuna na legislação municipal e dotar a Câmara de órgão colegiado e instrumento jurídico processual para zelar pela ética e decoro parlamentar de seus membros.

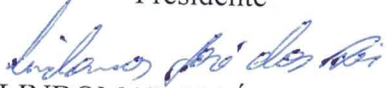
**III CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela aprovação do Projeto de Resolução n.º 3, de 2021.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2022.

  
JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)  
Relator

  
MARCOS TÚLIO DA SILVA  
Presidente

  
LINDOMAR JOSÉ DOS REIS  
Membro Suplente